



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680368 - MG (2021/0220187-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : MARCELO PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ADIMAR ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - MG118982  
MARCELO PEREIRA DOS SANTOS - MG107886  
MARIA LUIZA MEGALI DE FARIA - MG179452  
TAINAH SANTIAGO DA SILVA - MG201919  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCOS ANTONIO DOS SANTOS REIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS ANTONIO DOS SANTOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC originário n. 1.0000.21.103221-4/000).

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP.

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 27/5/2021, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática - em concurso material heterogêneo - dos delitos capitulados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06, e no art. 180, *caput*, do CP.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual do paciente, oriunda de arbitrária invasão domiciliar, porquanto, à época dos fatos, não houve "permissão do morador" (fl. 10), além de despida de justa causa, de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem ao primado do devido processo legal - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315 e 648, incisos I e VI, todos do CPP.

Nesse panorama, requer o impetrante, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts.

316, *caput*, 319, e 648, todos do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente